

# Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos



**Renato Pinto Venâncio  
Welder Antônio Silva  
Adalson Nascimento  
(organizadores)**



**V Reunião Brasileira de Ensino e  
Pesquisa em Arquivologia**

**Ensino e pesquisa em arquivologia:  
cenários prospectivos**

Renato Pinto Venâncio  
Welder Antônio Silva  
Adalson Nascimento

(organizadores)

## **FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA**

Coordenadores

Biênio 2016-2017: Welder Antônio Silva (UFMG)

Biênio 2018-2019: Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

## **V REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA**

Evento realizado na Escola de Ciência da Informação da UFMG em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 07 a 10 de novembro de 2017

### **COMISSÃO ORGANIZADORA – UFMG**

Coordenador: Welder Antônio Silva

Subcoordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Alessandro Ferreira Costa

Ivana Denise Parrela

José Francisco Guelfi Campos

Marta Eloísa Melgaço Neves

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Presidente: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Vice-presidente: Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Daniel Flores (UFSM)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

### **COMISSÃO AVALIADORA**

Diretor: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Andre Malverdes (UFES)

Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (UFMG)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)

Cynthia Roncaglio (UnB)

Daniel Flores (UFSM)

Eliane Braga de Oliveira (UnB)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)  
Ivana Denise Parrela (UFMG)  
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)  
José Maria Jardim (UNIRIO)  
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)  
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (UnB)  
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)  
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)  
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)  
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)  
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)  
Moisés Rockembach (UFRGS)  
Natália Bolfarini Tognoli (UNESP)  
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)  
Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA)  
Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)  
Ursula Blattmann (UFSC)  
Welder Antônio Silva (UFMG)

#### **COMISSÃO DE APOIO – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG**

Amanda dos Santos da Paixão  
Cláudia Márcia  
Christiano B. Santos  
Edgar Gonzaga  
Élida Pieri  
Eliedir Marcelina  
Gilma Pereira  
Guilherme Diniz  
Gustavo Miranda Ferreira  
Nely Ferreira  
Luiz Henrique Loureiro  
Viviany Braga

#### **MONITORES – ALUNOS/AS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG**

Gilmar Rodrigues Barreto  
Gisele Maria Arcanjo  
Graziele Cristina Rodrigues Silva  
Neide Araujo Oliveira Braga  
Suellen Alves de Melo  
Suzana Cristina de Oliveira da Cruz  
Yara Levy martins de Souza Sane

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida  
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO  
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza  
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota  
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA  
Coordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy  
Subcoordenadora: Mariana Batista do Nascimento

CAPA, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK  
Edinaldo Medina Batista

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



|      |  |
|------|--|
| R444 | Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (5. : 2017: Belo Horizonte, MG)<br><br>Ensino e pesquisa em arquivologia [recurso eletrônico] : cenários prospectivos / Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. 728 p. : il. E-book.<br><br>Inclui referências.<br>Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.<br>Modo de acesso: World Wide Web.<br>ISBN: 978-85-65609-09-8<br><br>1. Arquivologia – Congressos. 2. Arquivologia – Ensino. 3. Arquivologia – Pesquisa. I. Venâncio, Renato Pinto. II. Silva, Welder Antônio. III. Nascimento, Adalson.<br><br>CDU: 651.5(063) |
|------|--|

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

#### DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor © 2018 para artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação deste material requer a permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

Escola de Ciência da Informação da UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha  
Belo Horizonte – MG – 31.270-010  
[www.eci.ufmg.br](http://www.eci.ufmg.br)

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO..... p.10**

**MOÇÕES..... p.12**

### PLENÁRIAS

**1. A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA UNIRIO.....p.16**  
*Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada*

**2. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL.....p.29**  
*Welder Antônio Silva, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros*

**3. PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA.....p.44**  
*Daniel Flores, Graziella Cé*

### COMUNICAÇÕES

#### I - EXPERIÊNCIAS CURRICULARES

**4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS.....p.63**  
*Evelin Melo Mintegui, Roberta Pinto Medeiros, Thiago Henrique Bragato Barros*

**5. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....p.80**  
*Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes*

**6. DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....p.100**  
*Fernanda da Costa Monteiro, Fernanda de Souza Antunes*

**7. A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.114**

*Natália Bolfarini Tognoli, Laura Maria Rego Piva, Rafael Cacciolari Dalessandro*

## **II - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO**

**8. ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS.....p.133**

*Fábio Barros Silva, Antônio Rodrigues Andrade*

**9. METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO APLICADA A CONSTRUÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS.....p.152**

*Silvia Lhamas de Mello, Ana Célia Rodrigues*

**10. MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.....p.171**

*Mariana Batista do Nascimento*

**11. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....p.188**

*Eduardo Luiz dos Santos, Ana Celeste Indolfo*

**12. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: O CASO DO NOVO DEGASE.....p.208**

*Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada*

**13. A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS EXISTENTES EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....p.229**

*Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Hernane Borges de Barros Pereira, Francisco José Aragão Pedroza Cunha*

**14. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ...p.244**  
*Jacilene Alves Brejo, Junia G.C. Guimarães e Silva*

**15. OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.....p.258**  
*Thayron Rodrigues Rangel, Rodolpho Guimarães Pereira, Brenda Couto de Brito Rocco*

### **III - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS**

**16. POR UM MODELO SOCIETAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS.....p.276**  
*Gleice Carlos Nogueira Rodrigues, Paulo Roberto Elian dos Santos*

**17. PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....p.293**  
*Igor José Garcez, José Maria Jardim*

**18. OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO.....p.314**  
*Ana Celia Rodrigues*

**19. O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM ESTUDOS DE LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.326**  
*Margareth da Silva*

### **IV - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E AÇÃO EDUCATIVA**

**20. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PATRIMÔNIO EM CENTROS DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO.....p.346**  
*Rodrigo Costa Japiassu, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Lídia Silva de Freitas*

**21. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ.....p.363**

*Cleber Belmiro dos Santos, Eliezer Pires da Silva*

**22. ENTRE AS OBRAS E OS DOCUMENTOS: INTERSEÇÕES ENTRE OS SABERES ARQUIVÍSTICO E MUSEOLÓGICO NO TRATAMENTO DO ACERVO DO ARTISTA PLÁSTICO RUBENS GERCHMAN.....p.382**

*Thayane Vicente Vam de Berg*

**23. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CAFÉ COM ARQUIVO: O DOCUMENTO EM DEBATE.....p.397**

*Fernanda da Costa Monteiro, Daniele Chaves Amado*

## **V - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA**

**24. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....p.410**

*Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado*

**25. ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945.....p.430**

*Vitor Manoel Marques da Fonseca, Darlene Alves Bezerra*

## **VI - PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

**26. UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UM PANORAMA ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2015.....p.451**

*Raquel Fernandes Tavares, Priscila Ribeiro Gomes*

**27. PERFIL E AUTO-IMAGEM PROFISSIONAL DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO.....p.471**

*Wagner Ramos Ridolphi, Luiz Cleber Gak*

**28. A PESQUISA EM ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPq.....p.489**

*Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio, Natália Bolfarini Tognoli, Thiago Henrique Bragato Barros*

## **VII - INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS**

**29. REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE.....p.507**

*Brenda Couto de Brito Rocco, Bianca Couto de Brito*

**30. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS PROSPECTADOS NA PETROBRAS.....p.523**

*José Antonio Pereira Do Nascimento, Ana Celeste Indolfo*

**31. GOVERNANÇA DE SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER PRIVADO.....p.542**

*Alexandre de Souza Costa*

**32. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE INTEGRAR A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA.....p.556**

*Karina Veras Praxedes*

## **VIII - TIPOLOGIA DOCUMENTAL**

**33. DOCUMENTAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO.....p.576**

*Isabella Christina Gondim, Eliana Maria dos Santos Bahia*

**34. CARTA DE AMOR COMO PONTO DE ACESSO: RESULTADOS DE PESQUISA.....p.596**

*Camila Mattos da Costa, Lucia Maria Velloso de Oliveira*

**35. A TIPOLOGIA DOCUMENTAL DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR NOS ANOS 1970.....p.614**

*Rosale de Mattos Souza*

**36. APONTAMENTOS ACERCA DO DOCUMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA NO CAMPO TEÓRICO DOS ARQUIVOS.....p.633**

*Marilda Martins Coelho, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt*

## **IX - ARQUIVOS, UNIVERSIDADES E MUSEUS**

**37. DOCUMENTOS DE ARQUIVO PRODUZIDOS PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DE LABORATÓRIO.....p.652**

*Paulo Roberto Elian dos Santos, Renata Silva Borges, Francisco dos Santos Lourenço*

**38. ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS: DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS.....p.671**

*Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis*

**39. ARQUIVOS DE MUSEUS: UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO.....p.690**

*Thais Tavares Martins, Ana Celeste Indolfo*

**40. ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO.....p.709**

*Zenóbio Santos Júnior, Luiz Cláudio Gomes Maia, Ana Maria Pereira Cardoso*

25

**ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**  
A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945*Vitor Manoel Marques da Fonseca**Darlene Alves Bezerra***1 INTRODUÇÃO**

Tradicionalmente, é creditada ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão criado em 1938 para a racionalização administrativa da máquina pública brasileira, uma grande influência sobre os arquivos e a Arquivologia no Brasil (Cf., por exemplo, SANTOS, 2014). Tal afirmação, entretanto, carece de análise mais acurada: teria essa influência ocorrido nos arquivos em uso pela administração ou teria também chegado às instituições arquivísticas públicas? Até o momento, poucos são os elementos disponíveis para se aquilatar as mudanças que teriam acontecido nos arquivos correntes, assim como a repercussão sobre o funcionamento dos arquivos públicos institucionais.

Este artigo analisa a presença da temática arquivística na *Revista do Serviço Público* (RSP), periódico mensal criado em 1937 que, a partir do ano seguinte, passa a ser o veículo oficial do DASP, voltando-se tanto para a divulgação dos seus feitos quanto para a difusão das teorias, técnicas e abordagens que embasavam sua ação. Partindo-se do pressuposto que quaisquer propostas de mudanças em relação à produção, uso e recuperação de arquivos teriam sido apresentadas e defendidas junto à comunidade dos servidores públicos (produtores e usuários dos documentos), pretende-se dimensionar a recorrência a questões arquivísticas.

O recorte temporal é 1938-1945, primeiros anos do DASP e da revista, período que coincide com o do Estado Novo, a “idade de ouro” do órgão. Com a queda de Getúlio Vargas, O DASP perde seu caráter normativo e fiscalizador e passa a funcionar, exceto quanto à seleção e aperfeiçoamento de pessoal, como órgão de assessoramento; Luís Simões Lopes, presidente do DASP, se auto-exila no sul do Brasil em 1945, retornando em 1946 para a Fundação Getúlio Vargas, fundação de direito privado criada em 1944, que abrigará vários egressos do DASP (Cf. DICIONÁRIO, 2001, verbetes Departamento Administrativo do Serviço Público e Luís Simões Lopes). Apesar de muitos dos integrantes do DASP terem se afastado

da administração pública à época, tiveram nela, em outros momentos históricos, grande influência.

## 2 UM NOVO GOVERNO, UMA NOVA ADMINISTRAÇÃO

O programa de governo da Aliança Liberal, dissidência intra-oligárquica composta por Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e o Partido Democrático de São Paulo, que se organiza para concorrer à eleição presidencial de 1930, não propunha radicalismos, ou, como resume Boris Fausto, não visava “[...] romper os limites do sistema com o qual a maioria de seus chefes estava comprometida” (FAUSTO, 1978, p.418). Mantinha a necessidade de incentivar a produção nacional; era, como o presidente a quem desejava substituir, a favor da ortodoxia financeira; pugnava por algumas medidas de proteção social aos trabalhadores mas sua verve maior voltava-se para a defesa das liberdades individuais, a anistia para envolvidos em movimentos anteriormente derrotados e a reforma eleitoral face à corrupção nos pleitos.

Sendo a Aliança Liberal derrotada eleitoralmente, Getúlio Vargas, seu principal líder, iniciou em 3 de outubro de 1930 o processo revolucionário no Rio Grande do Sul e, no dia seguinte, quando o movimento começava no Nordeste, lançou o manifesto *O Rio Grande, de pé pelo Brasil*, justificando a via insurrecional. Após criticar a corrupção do processo eleitoral e do Congresso que legitimava seus resultados, assim qualificava a situação do país:

Um infinito Saara moral, privado de sensibilidade e sem acústica. O povo oprimido e faminto. O regime representativo golpeado de morte, pela subversão do sufrágio popular. O predomínio das oligarquias e do profissionalismo político. As forças armadas, guardas incorruptíveis da dignidade nacional, estrangidas ao serviço de guarda-costas do caciquismo político. A brutalidade, a violência, o suborno, o malbarato dos dinheiros públicos, o relaxamento dos costumes e, coroando este cenário desolador, a advocacia administrativa a campear em todos os ramos da governação pública. Daí, como consequência lógica, a desordem moral, a desorganização econômica, a anarquia financeira, o marasmo, a estagnação, o favoritismo, a falência da Justiça (VARGAS, 1930).

O poder das oligarquias, o caciquismo, a subversão eleitoral, a advocacia administrativa,<sup>1</sup> eram a causa da pobreza, da falência da justiça, da desordem moral e financeira e da estagnação econômica. O movimento revolucionário se propunha então a promover o fim da miséria e da corrupção, a modernização econômica, a eficiência e moralização administrativa. O governo inaugurado em 1930 realizaria reformas como a criação de leis sobre direitos sociais, a modernização econômica via intervenção estatal e a luta contra a corrupção, por meio da moralização e aumento da eficiência da máquina pública.

Neste artigo, importa-nos as medidas tomadas em relação à administração pública, o que, claro, repercute no exercício de direitos pela população, bem como nas atividades econômicas. Na área da burocracia estatal, sua atuação inicial foi marcada pela criação de novos órgãos, como o *Tribunal Especial*,<sup>2</sup> o *Ministério da Educação e Saúde Pública*, o *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, a *Comissão de Correição Administrativa*, o *Conselho Federal de Comércio Exterior* e o *Instituto Nacional de Estatística*, entre outros. Por outro lado, várias instituições são reformadas por causa da criação de novas repartições ou buscando simplificar os processos burocráticos e gerar maior eficiência administrativa. É o caso das mudanças ocorridas nos ministérios da *Agricultura*, da *Justiça e Negócios Interiores*, das *Relações Exteriores* e da *Fazenda*.

No Ministério da Fazenda, cabe observar a instalação, em 1931, da Comissão Central de Compras, prevista no ano anterior, com a função de estabelecer os padrões para os materiais necessários ao funcionamento da administração e encarregada de centralizar sua compra e fornecimento aos órgãos públicos. Essa atividade vai ser sofisticada e passará, mais tarde, a integrar as atribuições do DASP.

Com relação aos salários dos servidores, em fevereiro de 1935, o Governo submeteu ao Legislativo o produto de trabalhos realizados pelos ministérios da Guerra e Marinha com vistas ao reajustamento dos vencimentos dos militares. A lei n. 51, de 14/5/1935, instituiu, em seu 1º artigo, uma comissão para propor a revisão

---

<sup>1</sup> “Crime, que consiste no patrocínio, direto ou indireto, de interesse privado, perante a Administração pública, valendo-se o agente de sua condição de funcionário [...]” (NUNES, 1948, p.42).

<sup>2</sup> Primeiro órgão criado após a tomada do poder por Getúlio Vargas, visava apurar afrontas constitucionais e ilegalidades administrativas cometidas durante o governo de Washington Luís. Para maiores informações, ver DICIONÁRIO (2001).

tributária, a redução das despesas públicas, um plano de reorganização econômica e financeira e a revisão geral dos vencimentos civis e militares. Na mesma data, o governo baixou o decreto n. 159, estabelecendo as normas para seu funcionamento.

Esse órgão, a Comissão Mista de Reforma Econômico-Financeira, criou uma subcomissão para estudar um reajustamento dos quadros do serviço público civil, a Comissão Nabuco, a qual propôs uma classificação de pessoal por cargos, com remunerações distribuídas em 23 categorias, a criação de outro grupo para racionalização da lotação dos servidores e a instauração de um novo organismo, o Conselho do Serviço Público Civil, para promover concursos.

Os resultados da Comissão Nabuco não foram aprovados, e a Comissão Mista nomeou outra subcomissão, a Comissão José Bernardino. Ao final, a Comissão Mista não ratificou nenhum dos projetos e encaminhou ambos à Presidência da República, que, por sua vez, criou um grupo especial (Comissão do Reajustamento), composto por Luiz Simões Lopes, Moacir Ribeiro Briggs, Lino de Sá Ferreira, José Carneiro Felipe, João Carlos Vital e Mário Augusto Teixeira de Freitas. Foi deste órgão que saiu a decisão de um reajustamento baseado no sistema de carreiras, gerando a lei n. 284, de 28/10/1936, a Lei do Reajustamento.<sup>3</sup>

Esse instrumento legal instituiu o sistema de mérito, ainda que permitisse a contratação de “extranumerários”,<sup>4</sup> e criou o Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC). Direta e imediatamente subordinado à Presidência da República, era composto por cinco membros escolhidos pelo presidente<sup>5</sup> dentre cidadãos sem militância partidária e com “[...] conhecimentos especializados em matéria de organização científica do trabalho e de administração em geral” (BRASIL, Lei n. 284, 1936).<sup>6</sup> O novo órgão tinha como competências, restritas ao Poder Executivo,

- a) estudar a organização dos serviços públicos e propor ao Governo qualquer medida necessária ao seu aperfeiçoamento;
- b) promover a realização dos concursos de provas, de títulos, ou de provas e títulos, para provimento de cargos administrativos e técnicos, organizar os programas dos referidos concursos e nomear as respectivas bancas examinadoras excluídos sempre os do magistério, regulados nas leis especiais, bem como fixar as normas gerais que deverão ser observadas nas respectivas inscrições;

---

<sup>3</sup> Todo o processo acha-se detalhadamente analisado em WAHRLICH, 1983, p.81-103.

<sup>4</sup> Contratados que não integram o quadro de servidores de um dado órgão.

<sup>5</sup> Um dos quais, seu presidente, era Luiz Simões Lopes.

<sup>6</sup> Os textos citados serão modernizados quanto à grafia.

- c) homologar e dar publicidade à classificação dos candidatos que se tiverem submetido a concurso;
- d) opinar, quando ouvido, sobre os recursos interpostos contra classificações nos concursos realizados;
- e) expedir certificados aos concorrentes classificados em concurso;
- f) opinar nos processos de destituição de funcionários de seus cargos por falta de idoneidade moral para exercê-los;
- g) opinar em consultas dos Ministros de Estado, sobre procedência ou improcedência das reclamações apresentadas pelos funcionários;
- h) opinar sobre propostas, normas e planos de racionalização de serviços públicos elaborados pelas Comissões de Eficiência;
- i) elaborar o respectivo regimento interno;
- j) apresentar, anualmente, ao Presidente da República, relatório de seus trabalhos, contendo dados pormenorizados sobre o funcionalismo e os serviços públicos federais;
- k) determinar quais os cargos públicos que, além de outras exigências legais ou regulamentares, somente possam ser exercidos pelos portadores de certificado de conclusão de curso secundário e diplomas científicos de bacharel, médico, engenheiro, perito-contador, atuário e outros, expedidos por institutos oficiais ou fiscalizados pelo Governo Federal;
- l) propor ao Presidente da República, para ser levado ao conhecimento do Poder Legislativo, a redução dos quadros dos funcionários públicos, colocando dentro das estritas necessidades do serviço (BRASIL, lei n. 284, 1936).

Foi também instituída, em cada ministério, uma comissão de eficiência que, articulada ao CFSPC, deveria analisar a organização do serviço, propor seu aperfeiçoamento e decidir sobre sua lotação e movimentação de funcionários.

O CFSPC foi o responsável pelo lançamento da *Revista do Serviço Público*, cujo primeiro número saiu em novembro de 1937. Keinert e Vaz afirmam:

Na trajetória da Revista é possível observar duas tendências básicas que, apesar de conflitantes, buscam complementar-se: a de ser uma revista oficial, portanto incumbida de divulgar a filosofia do governo em exercício (e também eventos, programas, leis, projetos de leis, pareceres, acórdãos de tribunais etc.) e a de ser uma revista científica, publicando artigos de caráter acadêmico, plural e crítico. Desde seu lançamento, seus editores procuraram atender a essa dupla vocação da Revista, com oscilações ao longo do tempo, ora no sentido de tornar-se uma revista mais técnica e de divulgação interna; ora em sentido contrário (KEIRNET; VAZ, 1994, p.11).

No mesmo mês do lançamento da revista, foi decretado o Estado Novo e Vargas outorgou a nova Constituição. Nela, era previsto o DASP, que sucederia ao CFSPC e herdaria seu periódico. O art. 67 afirmava:

Haverá junto à Presidência da República, organizado por decreto do presidente, um departamento administrativo, com as seguintes atribuições:

- a) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;
- b) organizar, anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;
- c) fiscalizar, por delegação do presidente da República e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária (BRASIL, 1937).

Seu primeiro editorial, que a apresentava especialmente aos servidores públicos, explicitava esse duplo caráter e justificava sua criação, afirmando que as reformas então vividas no Brasil implicavam alterações nas normas de trabalho e na própria organização material das repartições públicas, a fim de se tornarem mais eficientes. Seu objetivo seria, então,

[...] prestar ao funcionalismo um serviço, que conscienciosamente julgamos lhe será de inestimável valor. A outra, que certamente será compartilhada por todos os servidores do Estado, é colaborar na obra animada pelo espírito novo, que surgiu com a Revolução de Outubro, e concorrer assim para o progresso e grandeza do Brasil (REVISTA n. 1, 1937, p.4-5).

A *Revista do Serviço Público* (RSP) ficará ligada ao CFSPC até julho de 1938, já que o DASP foi criado pelo decreto-lei n.º 579, de 30 desse mesmo mês. A RSP era mensal<sup>7</sup> e sua redação funcionava no segundo andar do Palácio do Catete, próximo à Presidência da República. Podia ser assinada ou comprada avulsa, recebia submissões e permitia a reprodução de seus textos, desde que citada a fonte.

A equipe editorial mudou nesse período. No primeiro número, era composta apenas de J. Silvado Bueno, diretor-gerente, e Paulo Lopes Corrêa, redator-secretário. No segundo, cai a figura do diretor-gerente, substituído por dois redatores, Azevedo Amaral e Urbano C. Berquó, mantendo-se o mesmo redator-secretário. No terceiro, os dois diretores são reduzidos a apenas um, Urbano Berquó, mas passa a haver nomeação de servidores auxiliares, um para o trabalho

---

<sup>7</sup> Não houve número em dezembro de 1937, mês posterior ao Golpe de 1937.

administrativo e outro responsável pela publicidade, não mudando mais até passar a ser vinculada ao DASP.

Inicialmente, a Revista compreendia as seções Editorial, Artigos, Notícias e comentários e Conselho Federal do Serviço Público Civil (informações sobre atos e decisões do CFSPC); depois, passa a ter também Direito Administrativo (jurisprudência administrativa, jurisprudência dos tribunais e pareceres) e Legislação.

### 3 O DASP E A SUA REVISTA

Ao dar cumprimento ao já previsto na Constituição de 1937, o decreto-lei n.º 579 ampliou as atribuições inicialmente previstas para o novo “departamento administrativo”. Pelo art. 2º do referido decreto-lei, competia-lhe:

- a) estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;
- b) organizar, anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária, a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;
- c) fiscalizar, por delegação do presidente da República e na conformidade de suas instruções, a execução orçamentária;
- d) selecionar candidatos aos cargos públicos federais, excetuados os das secretarias da Câmara Federal e do Conselho Federal e os do magistério e da magistratura;
- e) promover a readaptação e aperfeiçoamento dos funcionários civis da União;
- f) estudar e fixar os padrões e especificações do material para uso nos serviços públicos;
- g) auxiliar o presidente da República no exame dos projetos de lei submetidos à sanção;
- h) inspecionar os serviços públicos;
- i) apresentar, anualmente, ao presidente da República relatório pormenorizado dos trabalhos realizados e em andamento (BRASIL, 1938).

De fato, por força desse ato, o DASP absorveu as atribuições do Conselho Federal do Serviço Público e as da Comissão Permanente de Padronização, instituída em 31/12/1935. Cabe observar que o novo órgão teve sua presidência (que o decreto-lei enfatizava ser “de imediata confiança do presidente da República”)

entregue a Luiz Simões Lopes, que já gozava dessa confiança e era o presidente do CFSPC. Assim, o DASP foi gestado dentro do próprio CFSPC, e suas atribuições espelhavam o que a experiência naquele Conselho indicava ser necessário para uma ação consequentemente modernizadora junto à administração pública do Brasil.

A *Revista do Serviço Público* saiu em agosto de 1938 já como o veículo oficial do novo órgão, mas, ao mesmo tempo, afirmava a continuidade de sua temática e de seus objetivos. No primeiro editorial é declarado:

Eis porque a 'Revista do Serviço Público' daqui em diante na qualidade de órgão do D.A.S.P., continuará, tal como vinha fazendo desde o seu aparecimento como órgão do C.F.S.P.C., a procurar, acima de tudo, a chamar a atenção dos servidores da União para a relevância imensa que possuem agora todas as questões de ordem administrativa (REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, ago. 1938, p.3).

Embora voltada para o serviço público, sua importância era considerada ainda maior:

A eficiência administrativa interessa, portanto, grandemente a toda a coletividade nacional, visto ser graças a ela unicamente que o poder público fica habilitado a desenvolver uma ação segura em face das difíceis emergências que surgem tão freqüentes e inquietadoramente na fase histórica que estamos atravessando (REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, ago. 1938, p.4).

A periodicidade permaneceu a mesma, embora em 1939 tenham saído quatro números duplos (fevereiro e março, abril e maio, julho e agosto e outubro e novembro). A estrutura sofreu pequenas alterações, mantendo-se o mesmo espírito: Editorial; Colaboração (Artigos); Direito Administrativo (Artigos, Jurisprudência Administrativa; Jurisprudência dos Tribunais e Pareceres); Vida Administrativa (Comentários e Notícias; Legislação); Departamento Administrativo do Serviço Público (notícias das ações do órgão). Persistia a ideia de que a revista servisse como meio de divulgação das ações do órgão que a tinha como veículo oficial e como promotora de novas teorias e propostas relativas a questões pertinentes à administração pública.

A leitura da RSP permite perceber que, a partir de janeiro de 1940, o diretor passa a ser Paulo Lopes Correia e depois de setembro do mesmo ano, Alfredo

Nasser; mais tarde voltaria a ser Paulo Correia. Em 1938, a redação mudou para o Palácio do Trabalho, 6º andar. O preço sofreu majoração e foram publicadas também separatas, provavelmente de artigos com muito sucesso ou cujas propostas eram consideradas estratégicas pelo DASP.

A RSP se afirmava aberta à submissão de artigos, mas há indícios de que publicava também textos encomendados, pagos aos autores. Marcílio Vaz Torres, em texto narrando sua experiência profissional, publicado muitos anos depois, comentaria esse fato:

Em 1942, a Revista do Serviço Público pagava 100\$ para cada artigo publicado. Escrevi um artigo sobre a aplicação do Método Decimal nos arquivos que rolou seis meses, até que o Secretário daquele Órgão me procurou para dizer que tinham resolvido pagar somente a colaboração solicitada e que a apresentada espontaneamente só seria publicada se o autor concordasse em nada receber (TORRES, 1973, p.17).

#### **4 A RSP ENTRE 1937 E 1945**

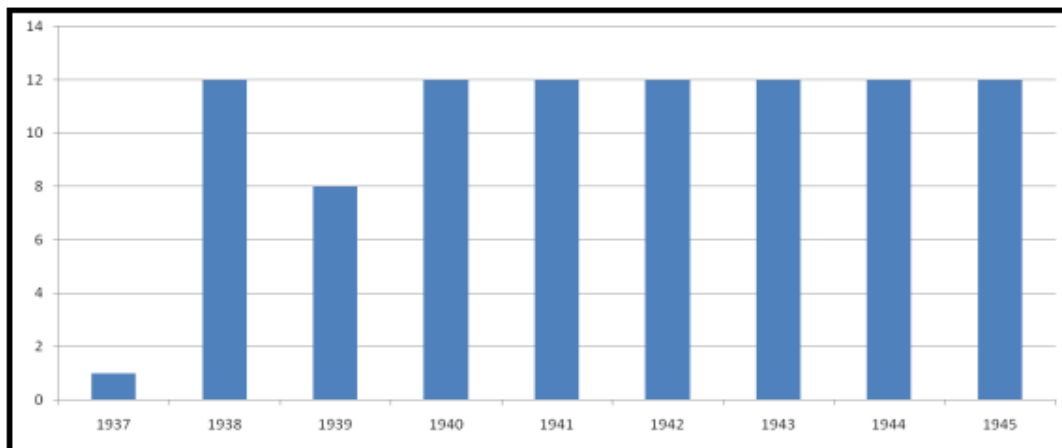
Para Keinert e Vaz (1994), esse período é o de sua estruturação. Para eles, “[...] a RSP, em sua primeira fase, destina-se ao funcionalismo, empenhada que estava em constituir um corpo de funcionários que dominassem ‘as modernas técnicas de administração’ e que fossem capazes de mudar o Estado através delas” (KEINERT; VAZ, 1994, p.12). A temática abordada atingiu as seguintes proporções: 54,7% do material produzido tinha enfoque administrativo; 17,9% dos artigos tinha caráter jurídico, 18,6% dos artigos eram descritivos, sem um enfoque preciso. Segundo os mesmos autores, quanto ao *loci* das reflexões apresentadas, 77,2% da produção total vinculava-se à estruturação do Estado, sendo, nesse grupo, 29,3% relacionado a recursos humanos, 23,6% relativo à organização administrativa e 7,9% ligado à função orçamentária; o *locus* saúde e previdência abrangeu 45,8% do total produzido pela RSP nesse intervalo de tempo.

Keinert e Vaz (1994) estudaram a RSP como difusora da administração pública no Brasil enquanto campo de reflexão teórica e técnica porque, para eles, é no bojo dessa reflexão que se constituiu, no país, a área da Administração. Nosso objetivo, entretanto, é analisar a presença de um tema específico na revista, e as

informações gerais sobre ela servem para entendermos melhor os dados referentes a arquivos nela divulgados.

O gráfico abaixo apresenta os números publicados:

GRÁFICO 1 - Revista do Serviço Público: números publicados entre 1937 e 1945



Fonte: Elaboração dos autores.

Percebe-se o esforço em manter a periodicidade mensal da RSP, o que provavelmente não era tarefa fácil – com exceção de 1937 e 1939, em todos os outros anos foram lançados doze números. Deixamos de levar em conta nesta análise os números referentes a abril, maio e junho de 1940, que, embora tenham sido publicados, não foram encontrados.<sup>8</sup>

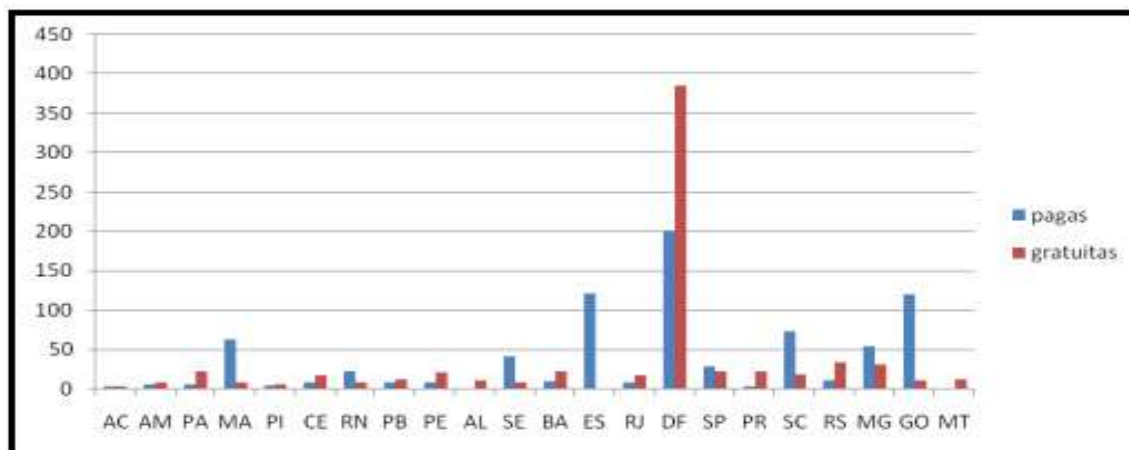
Localizamos na documentação do DASP<sup>9</sup> o relatório da revista referente ao ano de 1940. Nesse ano, a revista teve 1.473 assinaturas (805 pagas e 668 gratuitas) e vendeu 1.359 exemplares avulsos, sendo junho, julho e dezembro, nesta ordem, os três meses de maior venda. Foram publicadas separatas, entre as quais duas eram relativas à nossa temática: *Especificação e recebimento de materiais*, de E. L. Berlinck (51 exemplares), e *Racionalização dos serviços de comunicações e arquivos*, de Marcilio Vaz Torres (42), provavelmente uma versão reduzida da

<sup>8</sup> Sabe-se que tais números foram publicados porque a numeração dos volumes registra sua existência. Cabe observar que a Revista do Serviço Público do período é rara, não constando nos catálogos de diversos órgão públicos, inclusive na Biblioteca Nacional. A coleção usada está na Biblioteca Mário Henrique Simonsen, da Fundação Getúlio Vargas, instituição que, dirigida durante décadas por Luiz Simões Lopes, guarda muito material sobre e do DASP. Outro problema a ser registrado é que no número de março de 1944 faltam as folhas 28 à 35.

<sup>9</sup> O fundo DASP é custodiado pelo Arquivo Nacional. O *Relatório do ano de 1940* da RSP tem a notação BR RJANRIO DASP 38.

monografia *Dos serviços de comunicações e arquivos*, que havia vencido um concurso do DASP (cf. TORRES, 1973, p.18).

GRÁFICO 2 - Assinaturas e distribuição gratuita (autoridades federais e estaduais, repartições e entidades culturais). Situação em 1940.

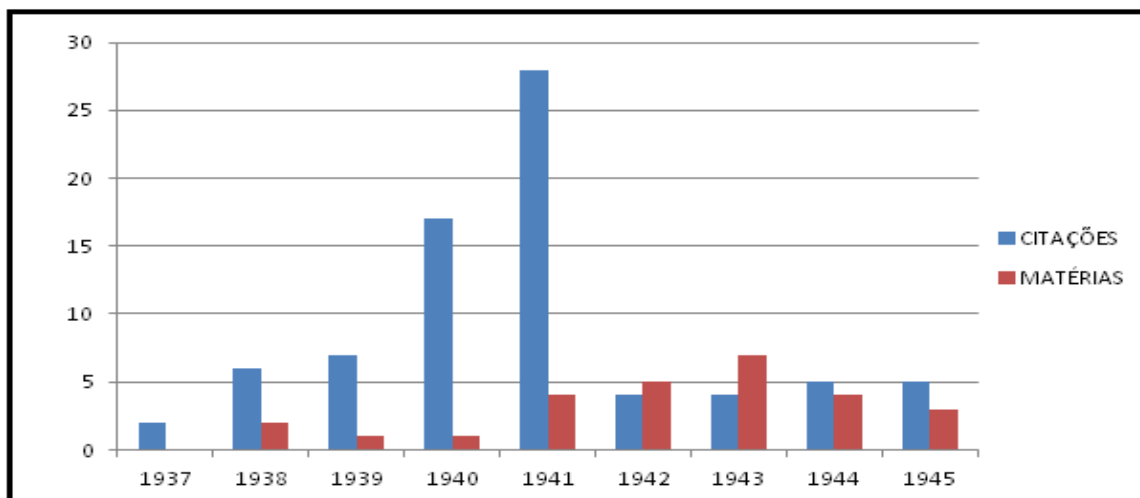


Fonte: Relatório do ano de 1940 da RSP, DASP 38.

A maioria das assinaturas, pagas ou gratuitas, originava-se no Distrito Federal, o que era natural dada a então concentração da administração pública no Rio de Janeiro, então capital da República. Mesmo assim, a distribuição do periódico atingia, ainda que de maneira não uniforme, todo o país.

Nos anos analisados, foram identificados dois tipos básicos de material relativo à temática arquivística: citações, sendo assim entendidas as referências a setores de arquivos, à padronização de materiais e mobiliário, a vagas de arquivistas, à nomeação de arquivistas e ao recebimento de livros de Arquivologia; e matérias, textos com conteúdo teórico sobre Arquivologia, artigos descritivos do funcionamento de instituições arquivísticas ou informações sobre serviços ligados à documentação e material das provas realizadas para provimento de cargos de arquivistas.

GRÁFICO 3 - Citações e matérias referentes à Arquivística por ano



Fonte: Elaboração dos autores.

Há sempre citações e matérias referentes à temática de arquivos, predominando as referências, exceto nos anos de 1942 e 1943, quando houve supremacia das matérias. A partir de 1941, o número de citações e de matérias se aproxima, tendendo a uma situação de maior equilíbrio. Não se tem uma explicação para o fenômeno, mas pode-se supor que, a partir daí, se consolida a visão de que os arquivos são importantes para o bom funcionamento da máquina administrativa. Essa mudança de perspectiva teria a ver, muito provavelmente, com o fato de funcionários brasileiros terem sido enviados como bolsistas aos Estados Unidos da América, onde a percepção da relevância dos arquivos para a administração pública já existia.

As matérias acham-se listadas na tabela abaixo:

TABELA 1 – Matérias referentes à Arquivística

| Nº | RSP       | Autor   | Título  | Seção       |
|----|-----------|---|---|-------------|
| 1  | maio 1938 | THUDICHUM, M.. [arquivista do B.I.T]                        | O Serviço de Arquivos de Bureau Internacional do Trabalho | COLABORAÇÃO |
| Nº | RSP       | AUTOR   | TÍTULO  | SEÇÃO       |
| 2  | ago. 1938 | ARAÚJO, Ignez B. C. d' [técnico dos Serviços Hollerith S.A] | A seleção do arquivista                                   | COLABORAÇÃO |

|           |                                 |  |  |  |
|-----------|---------------------------------|--|--|--|
| 3         | fev./ mar.<br>1939<br>(p.36-38) | RIBEIRO,<br>Adalberto                        | As curiosidades do Arquivo<br>Geral da Prefeitura  | COLABORAÇÃO  |
| 4         | ago. 1940<br>(p.5-42)           | TORRES,<br>Marcilio Vaz                      | Racionalização dos<br>Serviços de Comunicações<br>e Arquivos   | COLABORAÇÃO  |
| 5         | set. 1941<br>(p.251)            |  | Noticiário sobre concursos   | VIDA<br>ADMINISTRATIVA –<br>SELEÇÃO                      |
| 6         | out. 1941<br>(p.84)             |  | Normas de trabalho -<br>Atividades da DC em<br>agosto de 1941 - Normas<br>para Arquivamento e<br>Protocolo | VIDA<br>ADMINISTRATIVA -<br>ORGANIZAÇÃO E<br>COORDENAÇÃO |
| 7         | out. 1941<br>(p.88)             |  | Serviço de Documentação<br>do Ministério da Educação<br>e Saúde  | VIDA<br>ADMINISTRATIVA -<br>ORGANIZAÇÃO E<br>COORDENAÇÃO |
| 8         | out. 1941                       |  | Cursos de Extensão (p.139)   | VIDA<br>ADMINISTRATIVA –<br>APERFEIÇOAMENTO              |
| 9         | jan. 1942<br>( p.58-60)         | TORRES,<br>Marcilio Vaz                      | A classificação decimal: sua<br>aplicação aos serviços de<br>comunicações e arquivos                       | COLABORAÇÃO  |
| <b>Nº</b> | <b>RSP</b>                      | <b>Autor</b>                                 | <b>Título</b>  | <b>Seção</b>   |
| 10        | jan. 1942<br>(p.61)             | REIS , L. J.<br>Brito                        | O Arquivo da Marinha   | COLABORAÇÃO  |
| 11        | jun. 1942<br>(p.34)             | ALMEIDA,.<br>Maria do<br>Carmo Maia e        | Da importância de um<br>sistema de arquivamento<br>em um hospital moderno                                  | COLABORAÇÃO  |
| 12        | ago. 1942<br>(p.117)            |  | Criado o Serviço de<br>Documentação do D. A. S.<br>P.  | NOTAS  |
| 13        | dez. 1942<br>(p.5-20)           | NASSER,<br>Alfredo                           | O funcionamento na<br>racionalização<br>administrativa   | COLABORAÇÃO  |
| 14        | RSP jan<br>1943<br>(p.23-26)    | ALMEIDA,<br>Custódio<br>Sobral Martins<br>de | Da formação de<br>organizadores  | COLABORAÇÃO  |
| 15        | fev. 1943<br>(p.76-82)          |  | O Arquivo Nacional dos EE.<br>UU. (Trad. de Guilherme<br>Augusto dos Anjos)                                | COLABORAÇÃO  |
| 16        | abr. 1943<br>(p.77-82)          | TATE , Vernon                                | Microfotografia em arquivos<br>( Trad. de Guilherme<br>Augusto dos Anjos)                                  | COLABORAÇÃO  |

|           |                              |  |  |                                       |
|-----------|------------------------------|--|--|---------------------------------------|
| 17        | ago. 1943<br>(p.55-74)       | RIBEIRO,<br>Adalberto<br>Mario                 | O Instituto Histórico e<br>Geográfico Brasileiro                                 | COLABORAÇÃO                           |
| 18        | set. 1943<br>(p.5-7)         | LOPES, Luis<br>Simões                          | Documentação<br>administrativa   | COLABORAÇÃO                           |
| 19        | out. 1943<br>(p.69-72)       | MAYA, Anibal                                   | Notas sobre o problema<br>das comunicações internas                              | COLABORAÇÃO                           |
| 20        | nov. 1943<br>(p.51-54)       | MAYA, Anibal                                   | A importância dos arquivos<br>como fonte de pesquisa                             | COLABORAÇÃO                           |
| 21        | mar. 1944<br>(p.146)         |  | Criado um curso de<br>Documentação no D.A.S.P                                    | NOTAS                                 |
| 22        | jun. 1944<br>(p.3-4)         |  | A documentação na<br>administração moderna                                       | EDITORIAL                             |
| <b>Nº</b> | <b>RSP</b>                   | <b>Autor</b>                                   | <b>Título</b>  | <b>Seção</b>                          |
| 23        | jul. 1944<br>(p.3)           |  | Conceito de documentação<br>administrativa                                       | EDITORIAL                             |
| 24        | out. 1944<br>(p.45-47)       | SANTOS,<br>Cícero dos<br>[capitão-<br>tenente] | Serviços de documentação   | COLABORAÇÃO                           |
| 25        | fev. 1945<br>(p.125)         |  | Assistentes de<br>Documentação   | NOTAS                                 |
| 26        | jun. 1945<br>(p.111-<br>117) |  | Questões apresentadas no<br>último concurso para a<br>carreira de Arquivista     | ADMINISTRAÇÃO DE<br>PESSOAL - SELEÇÃO |
| 27        | ago. 1945<br>(p.134-<br>132) |  | Questões apresentadas no<br>último concurso para a<br>carreira de Arquivologista | ADMINISTRAÇÃO DE<br>PESSOAL - SELEÇÃO |

Fonte: Elaboração dos autores.

O viés predominante nessas matérias é o da eficiência administrativa, e se fundamenta na ideia da importância do controle e recuperação da informação para a tomada de decisões administrativas, mais ligada à noção de arquivo corrente.<sup>10</sup> A ideia de arquivo permanente<sup>11</sup> está representada nas matérias: *As curiosidades do*

<sup>10</sup> Expressão com duas acepções, sendo a 1ª aquela aqui usada: “1 Conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração ; 2 Arquivo (2) responsável pelo arquivo corrente (1)”. Cf. ARQUIVO NACIONAL, 2005.

<sup>11</sup> Expressão com duas acepções, sendo a 1ª aquela aqui usada: “1 Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor; 2 Arquivo (2) responsável pelo arquivo permanente (1). Também chamado arquivo histórico”. Cf. ARQUIVO NACIONAL, 2005.

*Arquivo Geral da Prefeitura, O Arquivo Nacional dos EE. UU., O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e A importância dos arquivos como fonte de pesquisa* – nos três primeiros casos, descrições de instituições arquivísticas (ou com um importante setor de documentos, caso do IHGB). Chama a atenção a tradução do artigo sobre o funcionamento do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, considerado exemplo de arquivo moderno, com uma forte atuação junto à administração.<sup>12</sup>

A análise de tais matérias pode nos fornecer indicações de como a questão dos arquivos é vista pelo DASP. Nota-se, em primeiro lugar, a importância dada ao tratamento dos documentos em arquivos correntes, o que é discutido tanto em teoria (caso dos textos 4, 9, 11, 13, 14, 16, 18, 19, 22, 23 e 24) como na prática de algumas instituições (textos 1, 2 e 6). A preocupação com os arquivos permanentes se manifesta, principalmente, na presença de descrições de algumas instituições, como os textos 3, 10, 15 e 17 – o de número 15 é uma tradução feita por um bolsista do DASP de um folheto institucional do Arquivo Nacional dos EUA, considerado o exemplo máximo de modernidade, com atuação na administração pública e relevantes serviços prestados aos cidadãos. Dois outros textos sobre os arquivos permanentes são o 16, que apresenta a microfotografia como uma técnica plena de vantagens, sobretudo por reduzir o volume documental de guarda permanente, e o 20, em que, novamente, um ex-bolsista recorre ao exemplo do Arquivo Nacional dos Estados Unidos para falar de modernidade administrativa.

As provas para os cargos de arquivista e arquivologista, reproduzidas na RSP, são interessantes para se traçar o perfil esperado desses profissionais. A função de arquivista é vista como uma atividade de nível médio, próxima do que chamaríamos hoje de técnico de arquivo, enquanto a de arquivologista seria uma atividade com requisitos especializados, semelhante ao que se considera um arquivista graduado.

---

<sup>12</sup> A tradução, como outras presentes na RSP, foi feita por um bolsista enviado pelo DASP àquele país. No caso em tela, trata-se de Guilherme Augusto dos Anjos, que viajou, com mais sete funcionários, pelo navio *Argentina*, em julho de 1940. O grupo estudaria na *American University* e na *Columbia University*, realizando cursos especializados em Materiais, Estatística, Orçamentos, Biblioteconomia, Seleção de Pessoal, Organização Racional do Trabalho etc. Cf. Para um curso de especialização nos Estados Unidos: seguiram vários funcionários comissionados pelo DASP. In: *A Noite*, 25 jul. 1940. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970\\_04&pagfis=3700&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_04&pagfis=3700&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader) Acesso em: 22 dez. 2016. Mais informações sobre o treinamento pode se encontrado em RABELO, 2012, p.85-87.

Para os arquivistas, a prova exigia conhecimentos de elaboração de documentos, língua portuguesa (acentuação, regência verbal, equivalência de prefixos latinos e gregos, uso de pronomes oblíquos), leitura e interpretação de textos, conhecimentos de matemática, geografia e corografia e noções de estatística. Quanto aos conhecimentos específicos de arquivologia, o candidato deveria dominar o funcionamento de arquivos correntes, em especial as questões voltadas para classificação (inclusive a decimal), descrição e indexação de documentos, ordenação de nomes, formas de guarda e transferência de acervo para o “arquivo morto”.

Aos arquivologistas eram requeridos conhecimentos de língua portuguesa (em nível mais profundo), latim; redação própria (elaboração de documentos), paleografia (com transcrição de texto do séc. XVIII) e notariado. As questões específicas referiam-se a métodos e sistemas de arquivamento (direto e indireto); sistemas de notação, descrição de documentos e elaboração de fichas, valor de documentos e sua transferência para “arquivo estático”;<sup>13</sup> noções de conservação e restauração, tramitação de documentos; geografia geral e do Brasil; história geral e do Brasil; direito administrativo e conhecimento de línguas estrangeiras (tradução do inglês e do francês). Ainda que a preocupação, como no caso dos arquivistas, fosse o arquivo corrente, as perguntas demandavam uma perspectiva crítica e uma capacidade de decisão, incluindo ordens para explicar, criticar, comentar ou justificar as razões pelas quais o candidato optasse por tal ou qual ação.

## 5 CONCLUSÕES

A análise do material publicado na *Revista do Serviço Público* de 1937 a 1945 comprova a presença da temática arquivística, o que indica a preocupação do CFSPC e do DASP em relação ao papel dos arquivos na administração. Nota-se a

---

<sup>13</sup> É interessante observar que questão semelhante foi feita no concurso para arquivistas, diferenciando-se pelo fato de, no caso deste último, ter sido usada a expressão ‘arquivo morto’. Esta expressão, que se opunha à ideia de um arquivo vivo (aquele em uso) atualmente está em desuso e é mal vista, por sugerir que os documentos nele guardados não teriam nenhuma utilidade. Por outro lado, a expressão arquivo estático, usada na prova de arquivologistas, não tem a mesma conotação, sendo usada em oposição a arquivo ativo (ou corrente), podendo incluir a ideia de que os documentos continuavam importantes e relevantes. O fato de serem usados diferentes termos pode ter se originado do fato de se considerar que o profissional de nível médio estaria mais acostumado a “arquivo morto” e menos ciente da sutil diferença terminológica.

presença do tema tanto nas referências a assuntos pertinentes aos arquivos quanto nas matérias voltadas para questões específicas da área. E o que se percebe é que, se no início da RSP predominam as referências, no decorrer do tempo o número de matérias substantivas aumenta, igualando o das primeiras. É bem possível que tenham concorrido para isso a reflexão sobre o processo de modernização da máquina administrativa empreendida pelo DASP e a experiência dos funcionários públicos brasileiros nos Estados Unidos. Como bolsistas, eles vivenciaram uma realidade em que a eficácia da máquina pública era creditada também a uma ágil e eficiente gestão dos documentos, sobretudo em sua fase corrente.

É evidente e justificável, pelo próprio caráter do CFSPC e do DASP, a preocupação maior com arquivos correntes, muitas vezes referidos na RSP como “arquivos dinâmicos”. No entanto, cabe observar uma crescente atenção para com a ideia de Documentação<sup>14</sup> que remete não só às propostas de Paul Otlet,<sup>15</sup> mas ao próprio processo de transformação pelo qual passavam as bibliotecas brasileiras, capitaneadas pela biblioteca do DASP. Nessa vertente, documentos básicos como estatutos, atos legais de criação etc., bem como relatórios e outros registros considerados importantes e recapitulativos, junto com livros relevantes, integrariam a documentação relativa a um dado órgão, a qual seria guardada em bibliotecas para garantir fácil acesso e manuseio. O critério básico para isso seria a utilidade administrativa desse material. Aos arquivos, nessa linha, caberiam aqueles documentos produzidos e recebidos cotidianamente, para o exercício de suas funções. Finda a utilidade imediata desses documentos, seriam eliminados ou enviados aos “arquivos estáticos”. A noção de “arquivo morto” referia-se ao conjunto de documentos sem utilidade, guardados não por lhes ter sido identificado valor permanente, mas apenas por inércia administrativa.

Quanto a arquivos permanentes, e principalmente quanto a instituições arquivísticas, na maioria das vezes aparecem em descrições em que é ressaltada a riqueza de seus acervos. É exceção o texto sobre o Arquivo Nacional dos Estados

---

<sup>14</sup> “Disciplina que trata da organização e do processamento de documentos ou dados, incluindo identificação, análise, armazenamento, recuperação e disseminação da informação. informações”, cf. CASTILHO, 1991, p.121 *apud* ARRUDA; CHAGAS, 2002, p.79.

<sup>15</sup> A Imprensa Nacional publicaria, em 1947, p livro, de sua autoria, *Documentos e Documentação*.

Unidos, em que o cerne da apresentação são suas ações e os serviços oferecidos à população.

A publicação de um texto que defende a uso da microfotografia em instituições arquivísticas e a própria apresentação do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, que voltará à baila em artigo sobre os arquivos como fonte de pesquisa, tem a ver com a atuação de ex-bolsistas do DASP nos Estados Unidos. Esses profissionais, testemunhas de uma situação arquivística diversa, trazem para o Brasil materiais (como os textos que traduzem) e experiências que lhes permitem elaborar propostas modernizadoras e replicar suas ideias por meio da revista, de cursos ou, mais tarde, pela atuação em outras instituições, públicas e privadas.

O DASP, de fato, teve uma preocupação com arquivos, mas permanece o problema de aquilatar sua influência sobre as instituições arquivísticas. É possível supor que, de alguma maneira, com o recolhimento de acervos classificados e descritos, bem como por meio de publicações e cursos promovidos pelo DASP, as entidades custodiadoras tenham sofrido certa influência modernizadora. Nesse sentido, os arquivos do DASP, dos seus congêneres estaduais e das próprias instituições arquivísticas devem ser investigados, buscando-se reflexos de cursos, diagnósticos, assessorias e mesmo recolhimentos, em que se possa analisar a classificação e a descrição mantida por esses acervos desde a fase corrente.]

Outra interessante vertente de pesquisa a ser encarada de forma sistemática é o estudo histórico-biográfico de pessoas-chaves na área, como funcionários e bolsistas do DASP que atuaram, de diferentes maneiras, nos arquivos brasileiros, principalmente nas décadas de 1950 a 1970. Há elementos que indicam que alguns desses profissionais não só colocaram em prática ideias defendidas pelo DASP, mas, por meio de seus contatos e experiências pessoais no estrangeiro, abriram as instituições arquivísticas brasileiras para aculturação de experiências internacionais,<sup>16</sup> o que se consolidou a partir do final dos anos 1950 com a gestão de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional.

---

<sup>16</sup> Cf., por exemplo, SANTOS, 2016.

## REFERENCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. **Fundo Departamento Administrativo do Serviço Público** (notação BR RJANRIO DASP).

ARRUDA, Susana Margaret de; CHAGAS, Joseane. **Glossário de Biblioteconomia e ciências afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

BRASIL. **Decreto-lei n. 579, de 20 de julho de 1938**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-284-28-outubro-1936-503510-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). **A sistematização de arquivos públicos**. Campinas: Unicamp, 1991.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**: tomo III – O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1978.

JAMESON, Samuel H. (Org.). **Administração de Arquivos e Documentação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo; VAZ, José Carlos. Histórico da RSP: A Revista do Serviço Público no pensamento administrativo brasileiro (1937-1989). **Revista do Serviço Público**, v. 45, n. 1, p.9-41, 1994. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/741/587>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

NUNES, Pedro. **Dicionário de tecnologia jurídica**. Borsoi: Rio de Janeiro, 1948.

RABELO, Fernanda Lima. De experts a “bodes expiatórios”: a elite técnica do DASP e a reforma no funcionalismo público federal no Estado Novo (1938-1945). **Acervo**, Rio de Janeiro, v.25, n.2, p.78-91, jul.-dez. 2012.

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO. Rio de Janeiro: Conselho Federal do Serviço Público Civil/Departamento Administrativo do Serviço Público, 1937-1945.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha;

RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **História da Arquivologia no Brasil**: insituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014, p.17-48.

\_\_\_\_\_. Uma vida entre arquivos e bibliotecas: entrevista com Nilza Teixeira Soares. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n.2, p.202-222, jul.-dez. 2016

TORRES, Marcilio Vaz. Testemunho. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, n. 1, p.17-18, abr. 1973.

VARGAS, Getúlio. O Rio Grande do Sul, de pé pelo Brasil. In: BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Getúlio Vargas: discursos presidenciais 1930. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/02.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. **Reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.